

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMA - CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2010, PRESIDIDA PELO SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO - SECRETÁRIO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, E SECRETARIADA PELO SR. PAULO ROBERTO CASTELLA - SECRETÁRIO EXECUTIVO, NO LACTEC - AUDITÓRIO, AV. COMENDADOR FRANCO 1.341, JARDIM BOTÂNICO.

O Sr. Presidente:- Bom tarde a todos. Sob a proteção das araucárias que emolduram a nossa janela na tarde de hoje, como podemos ver, damos início à 79ª reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Inicialmente desde já agradecemos a presença de todos e peço à Secretaria Executiva do Conselho que proceda a verificação de quórum.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Sr. Presidente, temos quórum para começar nossa reunião.

O Sr. Presidente:- Muito bem, dando sequência à nossa pauta, abrimos espaço para as inscrições para a Tribuna Livre, lembramos que será no máximo cinco minutos de exposição. Então, Adriano, da SEAB, e IAP. Muito bem, inscrições encerradas.

Essa reunião é bastante importante, como todas as anteriores, mas essa é um pouco mais especial porque temos hoje a presença de Conselheiros que deixam nosso Conselho e a presença de novos Conselheiros e novas entidades que passam a integrar este Conselho dentro de uma proposta de maior transparência, democracia e descentralização referentes às questões ambientais que são apontadas por este Conselho.

Terceiro item da nossa pauta: discussão e aprovação das Atas 78ª Reunião Ordinária e 18ª Reunião Extraordinária. Consulto aos Conselheiros se existe a necessidade de leitura de ambas as Atas ou podemos aprová-las, considerando que as leituras já devem ter ocorrido no momento da convocação. Ok, Atas dispensadas de leitura. Em votação a Ata 78ª Reunião Ordinária. (Pausa). APROVADA. Em votação a Ata 18ª Reunião Extraordinária. (Pausa). APROVADA.

Passamos para a Ordem do Dia: posse dos novos membros indicados para o CEMA para o período de 2010/2012.

Antes da posse, gostaria de comentar que, em comum acordo com o Governador Pessutti, fizemos uma reformulação ampliando as participações do nosso Conselho Estadual do Meio Ambiente, uma vez que muitas questões aqui tratadas necessitam dos saberes, da expertise de vários setores da sociedade que ainda não se faziam presentes aqui conosco. Então, é uma instrumentalização para que o Conselho possa desenvolver suas atividades a contento, como sempre vem fazendo, mas que isso possa ser aprimorado. Então, antes de solicitar ao Secretário Executivo que faça a leitura dos novos membros, informo quais as entidades que passam a compor esse Conselho e não compunham, até de uma forma bastante surpresa para nós: Secretaria de Estado de Turismo - uma vez que muitas questões ambientais passam pelo turismo; Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, sendo uma das vinculadas do sistema de meio ambiente ainda não fazia parte do nosso Conselho Estadual do Meio Ambiente, então estamos corrigindo um erro, um equívoco histórico; em relação à sociedade organizada como um todo, passamos a contar com um representante do Conselho Regional de Biologia, um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e passa também a fazer parte do nosso Conselho um representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária, uma vez que várias questões referentes à animais são debatidas muitas vezes e necessitamos de uma base mais específica para o enriquecimento das discussões. E um representante da OAB/Sessão Paraná, uma vez que a legislação ambiental é dinâmica, novas propostas passam, muitas discussões polêmicas são colocadas em nível nacional e é necessário termos esse apoio. Então, com o intuito de ampliar a transparência, a descentralização e democratizar ainda mais este Conselho, passamos a contar com mais essas entidades, reforçando dessa maneira os nossos trabalhos.

Peço ao Secretário Executivo que faça a leitura dos novos membros.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Das entidades não governamentais, conforme eleição acontecida em outubro e novembro, temos: Mater Natura, Instituto Os Guardiões da Natureza, CEDEA – Centro de Estudos de Defesa e Educação Ambiental, não está presente, e o Grupo Ambientalista do Rio Iguaçu, que faz presente o Rafael Gustavo Cavichiolo. Essas são as entidades titulares eleitas entre as ONG's.

Membros Suplentes da ONG's: Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental; IDEA Ambiental, Antroposfera, Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Meio Ambiente.

Das universidades públicas e privadas, membros titulares: Célia Regina Tavares - Universidade Estadual de Maringá, e Carlos Mello Garcias – PUC.

Suplente: Patrícia Carla – Universidade Estadual Centro-oeste de Guarapuava e Carlos Frederico Grubhofer - Faculdades Integradas Espírita.

Categorias Patronais, membros titulares: César Lourenço Soares Neto – Federação das Indústrias do Paraná, João Luiz Rodrigues Biscaia – Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Suplentes: Roberto Gava – FIEP, e Carla Beck – Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Dos Trabalhadores Rurais, membros titulares: Aristeu Elias Ribeiro – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, e Luiz Pirin – federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul. Membros Suplentes: Paulo Macedo – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, e Vilmar Agostinho Sergiki – da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul.

Dos Secretários Municipais de Meio ambiente indicado pela MP: Secretário Municipal de Meio Ambiente de Curitiba e Secretário de Meio Ambiente de Campo Largo como suplentes; Conselho Regional de Biologia – Andrea Graciano dos Santos Figueiredo; CREA, membro titular Heverson Aranda e seu suplente Antônio Borges dos Reis; Conselho Regional de Medicina Veterinária, titular Massaro Sugai e seu suplente Carlos Eduardo Belz - essas são as Entidades Não Governamentais que acabamos de ler, também o Instituto de terras, cartografia e Geociências, com seu Diretor Presidente Theo Marés e sua suplente Camila Cunico e da Secretaria de Turismo o Sr. Secretário Herculano e seu suplente Carlos Garmatter Netto.

O Sr. Presidente:- Desejamos aos novos Conselheiros um profícuo mandato, lembrando a responsabilidade que é compor esse Conselho face à importância e lembrando as principais questões ambientais não só do nosso Estado que por aqui passam para serem deliberadas e muitas vezes as ações do Poder Público antes de ser tomadas passam pela deliberação desse Conselho. Então, parabenizamos as entidades pelas boas indicações que assim fizeram uma vez que, observando o currículo de todos os novos indicados, vimos que apresentam experiência na área, além de ter uma boa capacidade de relacionamento e articulação, por isso os senhores aqui estão.

Dando continuidade à Ordem do Dia, temos a deliberação do parecer da Câmara Temática de Controle e Qualidade Ambiental referente ao Processo n.º 07.345.989-3, interessada WPA - Ambiental Indústria, Comércio. Então, temos o parecer e peço que a leitura seja feita pelo Secretário Executivo.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Temos o parecer da Câmara Temática de Controle e Qualidade Ambiental em que o Walter Horst, representante da Secretaria de Indústria e Comércio e Assuntos do Mercosul

deliberaram: “(I) Que nada tem a opor ao pedido desde que sejam previamente atendidos todos os requisitos para o licenciamento com destaque à aprovação do EIA - Relatório de Impactos do Meio Ambiente em todas suas dimensões de precaução, face consistir em atividade de significativo potencial poluidor; II) Pelo encaminhamento à plenária do CEMA para a convalidação deste parecer.” peço ao Presidente da Câmara que possa explicar o que é o pedido dessa empresa e todos os senhores também receberam uma cópia sobre a planta e o que foi solicitado ao Conselho.

O Sr. Walter Horst Poniewas (Seim):- Boa tarde a todos. Reunimo-nos e pretendemos com essa não oposição que o Estado do Paraná realmente cresça e avance no contexto do tratamento e no manuseio dos possíveis itens de passíveis ambientais.

Essa empresa já recebe o óleo em princípio o ascarel, já recebe, já trabalha esse óleo e manda de volta para ser incinerado em outro lugar. Pelo o que entendemos está se propondo a agregar o valor devido e podemos ter um espaço de queima aqui no Paraná também. Tecnicamente, até onde o nosso conhecimento vai, não temos nada apor, sugerimos que sejam cumpridas todas as etapas do EIA/Rima e gostaria de agregar, Secretário, que fossem cumpridos os testes da CETESB que são os mais exigentes no contexto para garantir essa aprovação. O nosso entendimento também é que se dermos esse passo temos mais uma dimensão ambiental no Paraná, não precisamos mandar os nossos resíduos para fora e podemos receber resíduos com toda a segurança e pretendemos não ter uma nova ocorrência de um BHC, que é um assunto que todos conhecem de alguma forma, que há vinte e dois anos está arrolando no Paraná e tivemos dificuldade de queima, tivemos dificuldade de articulação do contexto. Se tivéssemos uma empresa e entendemos que a WPA pode cobrir esse espaço em cumprindo as exigências, o Paraná tem uma nova dimensão de ação no processo ambiental. Obrigado.

O Sr. Presidente:- Colocamos em votação o parecer. (Pausa). APROVADO. Dando prosseguimento a nossa pauta, passamos para a Meta 2011 a serem elencadas pelo Secretário Executivo do Conselho.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- O Conselho a partir do ano de 2010 passou a trabalhar com metas preestabelecidas. No início do ano, na reunião em Foz do Iguaçu, estabelecemos a cada Câmara Temática os seus temas para trabalhar. Esses temas que estão aí são de 2010. Então, o primeiro tema Criação da Política de Educação Ambiental foi executado pela Câmara Temática de Biodiversidade, Bioma e Educação Ambiental. Listamos a estratégia estadual para conservação de ambientes naturais e sobre os faxinais. Essas duas

últimas não foram trabalhadas pela Câmara Temática, então ficaram penduradas esses dois temas para 2011 ou se os senhores acharem que não é pertinente deve ser descartada e talvez planejada outra. A Política de Educação Ambiental já foi executada e já foi encaminhada.

Bom, sobre as metas para 2011 vocês viram a tabela como foi colocada, posso mandar para vocês a tabela de 2010, os temas, o que foi colocado e o que foi realizado. Temos três Câmaras Temáticas, e a Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente foi planejada a questão do decreto sobre pagamentos de serviços ambientais que também teve um início, mas não teve um final e o decreto foi enviado mais tarde pela Coordenadoria de Biodiversidade e se encontra, segundo o coordenador, no Instituto Ambiental do Paraná, na Diretoria, e deve retornar logo ao Conselho para apreciarmos, que não foi concluído.

Depois a Câmara Temática de Controle e Qualidade Ambiental que ficou num tema muito mais específico, das normas, para o Alto Iguaçu e foi trabalhado principalmente a norma de qualidade dos efluentes.

Então, vou remeter aos Srs. Conselheiros as tabelas de 2010, do que foi feito, do que foi concluído e quais são as normas elaboradas por cada Câmara Temática dessa. No próximo ano, com a reflexão de vocês e não aqui agora, com o estabelecimento dessas metas, possamos, numa reunião extraordinária, estabelecer os temas prioritários para que sejam trabalhados para 2011. É isso, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente:- Muito bem, podemos passar ao quinto item da nossa Ordem do Dia, que é referente aos informes.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- O primeiro informe é sobre a Resolução 081/2010 que “Dispõe sobre Critérios e Padrões de Ecotoxicidade para o Controle de Efluentes Líquidos lançados em águas superficiais no Estado do Paraná”. É que na 78ª reunião ela foi aprovada e ficou do IAP apresentar um parecer em sete dias, e apresentou em quatro.

Gostaria de mostrar esse parecer para que não houvesse dúvidas, porque muitos Conselheiros que estão aqui aprovaram a Resolução e não tiveram retorno sobre por que foi encaminhado para assinatura da Resolução e no que a Secretaria Executiva junto com o grupo de trabalho adotou do parecer técnico do IAP e de toda a proposta.

A primeira argumentação do IAP é quem deve fazer as normas. Então ele coloca que uma norma cabe à Diretoria de Estudos e Padrões Ambientais do IAP – DEPAM. Então, não caberia ao Conselho Estadual do Meio Ambiente a feitura de uma norma desse tamanho. E aí colocamos no Decreto N° 4447 nos dá essa prerrogativa, dá a prerrogativa ao Conselho em elaborar norma e deliberar sobre

isso. Então, dentro desse decreto, tem a prerrogativa de elaboração de norma e proposições de estudos e proposição da política ambiental para o Estado do Paraná.

Então, temos toda uma argumentação, dentro dos decretos, e no final colocamos que cabe ao IAP fazer daquilo que é proposto por nós, conforme a lei Estadual 11.352. Depois disso o IAP coloca que: “Além disso, não consideramos necessária uma proposta de Resolução do CEMA específica para ecotoxicidade, tendo em vista que esses padrões já estão definidos na Resolução CEMA nº 070/2009.”

Argumentamos junto com o grupo de trabalho que a Resolução 070 tem alguns problemas quanto a alguns nomes que foram colocados nos indicadores de ecotoxicidade e que isso deveria ser corrigido e como foi corrigido nessa norma para atender a ‘n’ questionamentos que foram realizados pelos que adotaram a norma e continuam adotando.

Também coloca: “Sendo assim, esse Departamento já havia se manifestado contrário à Resolução por meio de correio eletrônico enviado ao Secretário do CEMA essa contestação”. Nós, da Secretaria Executiva enviamos ao grupo de trabalho, questionando sobre paralisação ou não. Considerando que não havia uma argumentação técnica e foi solicitado ao IAP qual seria essa argumentação técnica para se fazer a paralisação e as sugestões para que pudessemos encaminhar ao grupo de trabalho. Como aguardamos e não veio nada, o grupo de trabalho tomou por base continuar a discutir as normas.

Depois, no parecer do IAP: “Após essas observações iniciais e embora contrários, passamos a considerar itens específicos da Proposta de Resolução”. Então ele coloca a questão de outorga e cobrança. Ele coloca que teríamos que consultar o Conselho de Recursos Hídricos, o Instituto das Águas do Paraná e uma proposta dessa acaba interferindo diretamente na questão de outorga e cobrança. É que no Plano Estadual de Recursos Hídricos já prevê esse critério de ecotoxicidade. Então, nós, nada mais que fizemos e também o Instituto das Águas participou da elaboração da norma e considerando que não há um critério, nós adotamos que essa norma atenderia por completo o plano estadual de recursos hídricos, então ela deveria seguir ainda a sua discussão.

E aí tem toda a argumentação que estabelece padrões e atende o Instituto das Águas.

Na questão de saneamento, também não há uma proposta. “Recomendamos avaliação criteriosa sobre os impactos da Seção IAP”. Nessa seção ele trata diretamente de efluentes de tratamento de esgoto, sanitários que ficariam a cargo do órgão ambiental, a questão do monitoramento. Colocamos

aqui, porque na verdade o que estava escrito ali seria o automonitoramento, e para que não houvesse dúvidas o grupo de trabalho propôs trocar de monitoramento para automonitoramento, resolvendo assim esse equívoco de interpretação neste item específico.

Também o IAP, através da DIRAM também coloca que na Resolução SEMA nº 021/2009 não estabeleceu esses parâmetros em função do controle exercido sobre o lançamento de efluentes industriais em rede de esgotos, e coloca que a utilidade pública dos empreendimentos e o impacto financeiro sobre o setor de saneamento e na população do Estado do Paraná. Então, alega que uma Resolução dessa irá impactar de maneira expressiva o lado financeiro da Sanepar. Aí colocamos que a Companhia de Saneamento participou com três técnicos em todas as reuniões e a sugestão dentro desse item de saneamento de esgoto sanitários, quem fez a proposta foi a própria Sanepar, então o que está contido na Resolução a própria companhia acordou e fez toda essa redação dentro desse item.

Também coloca: “Cabe ainda ressaltar que a atual proposta de revisão da Resolução CONAMA nº 357/2005 também não obrigará a realização desses estudos.” Consideramos que se a 357 não obriga, cabe a nós fazermos uma Resolução mais restritiva que faça, caberia isso, não teria problema e não colide com a norma do Conama e nem com a revisão dela.

Aí tem toda a argumentação e da redação proposta na revisão do Conama que está em discussão. Então, dentro dessa redação comparamos com o que fizemos, então não houve conflito nessa questão.

Questão de metas progressivas. Ele considera prematuro o estabelecimento de metas de redução de toxicidade no primeiro momento, uma vez que a própria aplicação dos critérios estabelecidos na proposta de Resolução e a situação evidenciada em cada uma das atividades listadas no Anexo I e II é que poderia conduzir para a necessidade de revisão dos mesmos. Esse questionamento já colocamos na Resolução que deveria ser revisto e na Resolução SEMA 002/2007, determina que o IAP e o Instituto das Águas faça o estabelecimento dessas normas progressivas de controle desses efluentes. Está dentro da própria Resolução do Secretário de Meio Ambiente. E aí fazemos toda a argumentação e colocamos que não é prematuro uma norma dessa, quando coloca meta de qualidade de efluente, porque já o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, em 2006, já estabelece e vai muito mais além, coloca os efeitos genotóxicos. Então, é muito mais do que a gente está prevendo. Estamos prevendo o primeiro momento da ecotoxicidade de prever o controle desse efeito tóxico sobre os nossos rios.

O IAP também coloca: “Como, por exemplo, citamos a situação evidenciada com a aplicação das Resoluções 41 e 54, que é poluição atmosférica, com prazo de oito anos ainda temos necessidade de revisão de padrões e estabelecimento de TAC’s. Na Resolução também prevemos a revisão da norma de quatro em quatro anos.

Também alega: “Cabe ainda lembrar que a redução gradativa dos padrões de toxicidade está diretamente relacionada com a redução de parâmetros como DBO, DQO, metais, dentre outros, e não existem critérios técnicos que fundamentem o estabelecimento de metas somente para ecotoxicidade.” Esse o Rodoflei ajudou a colocar de forma clara que não há evidência da correlação direta entre ecotoxicidade e DQO e o DBO, são independentes. Isso não afeta um ou outro.

Coloca a dificuldade na aplicação, não define claramente como e por quem serão realizados os estudos sobre os corpos hídricos.

Argumentamos que a avaliação dos resultados obtidos e seus impactos nos corpos hídricos deverão ser feitos pelo licenciador, proporcionando deliberar se o corpo hídrico poderá ou não receber as cargas quando tóxicas. Então a gente argumenta que cabe ao licenciador, que o órgão licenciador que o faça. Isso também está claro na Resolução. Aí argumentamos a questão da execução da avaliação, também, poderá ser feita pelos prestadores de serviços qualificados pelo IAP. Assim: produção de Resultados, Avaliação, Quando e como, como com a fórmula disponível na Norma. Então, com referência ao corpo hídrico tem toda uma argumentação por quem faria.

A questão do porte das atividades e empreendimentos, ele argumenta que na redação do Art. 16 induz a aplicação da proposta de Resolução a “todas” as atividades industriais listadas no Anexo I – o Artigo 16 citado é o 15 da proposta em avaliação, a Resolução só aplica ao que é licenciado, conforme Artigo 1ª. Então, já define sim quem é aplicado, quando se aplicado, então está bem claro no Artigo 16, está bem claro o que é uma coisa ou outra.

“Por fim, temos também a informar que nos processos de licenciamento ambiental de atividades poluidoras, de acordo com o previsto na Resolução nº 357/2005 e em outras Resoluções específicas do Estado do Paraná são considerados outros critérios como vazão, DBO, DQO, Outorga, e parâmetros definidos no Art. 34 da Resolução Conama.” Argumentamos que a Resolução proposta não revoga outros parâmetros. Quer dizer, continuam os mesmos parâmetros, não há revogação de nada nesse sentido.

Chegando ao final: “Sendo assim e considerando o acima exposto como também a Informação da Assessoria Jurídica da SEMA, em anexo, recomendamos:

1º - Aguardar a revisão e que só seja feito após 25/11/2010 e esclarecendo que o IAP também participa dessa revisão como componente do Grupo de Trabalho dentro do Conama. E nós, mais uma vez argumentamos que a 357, a revisão, não causa interferência na nossa norma, não colide, ela simplesmente acresce mais ainda, restringe mais ainda que a norma federal.

Essa argumentação vou deixar disponível no site do Conselho.

E depois coloca que após essa revisão, propor Resolução do CEMA nos moldes já estabelecidos anteriormente para poluentes atmosféricos, com base nos critérios já estabelecidos na Resolução CEMA nº 070/2009, SEMA nº 021/2009. aí argumentamos que participaram desse grupo de trabalho trinta instituições, em um total de 35 técnicos em dez reuniões. O IAP foi representado pela DEPAM. Foram enviados convites à DIRAM/DLA por meio de correio eletrônico e ofícios. Participaram: SEMA; CEMA; IAP/DEPAM; IAP/DIRAM-DLA (uma reunião); Inst. das Águas; FIEP; Bosch, Fosfertil; Petrobras; SANEPAR; CRBio; CRQ; UFPR; UTFPR; Univ. Positivo; Univ. Tuiuti; PUC; SENAI/CIC; Lecotox; Umwelt; Monitore. Tivemos um grupo de trabalho altamente técnico e especializado, não foi uma norma tirada do chapéu.

Aí concluímos que a participação dos diferentes integrantes do grupo de trabalho de alta capacidade técnica, dá peso a norma e deve ser assinada e encaminhada para publicação. Essa é a argumentação e por isso que nós, da Secretaria Executiva junto com o grupo de trabalho, orientamos o Presidente do Conselho, Secretário de Meio Ambiente, a assinar a norma. Esse é o parecer do IAP e da Secretaria Executiva junto com o grupo de trabalho.

O Sr. Presidente:- Apesar do trabalho ter sido um pouco exaustivo em termos de discussão, pudemos que o que foi apresentado aqui foi um extrato de tudo o que ocorreu e pela apresentação desse extrato vocês puderem perceber o tempo que foi demandado aqui. Digo a vocês que a Resolução foi publicada sem prejuízo para a boa qualidade ambiental onde fizemos uma ressalva, porque havia uma indicação na Resolução de fazer uma exigência para que alguns laboratórios tivessem determinadas certificações no sistema ISO. E sabemos que muito poucos laboratórios no Estado têm a certificação. Estamos na realidade fazendo uma reserva de mercado nesse momento desnecessária. E não é função desse Conselho promover reserva de mercado e sim promover bons padrões de qualidade ambiental. Então, recomendamos que as questões referentes a certificação ISO para alguns laboratórios, uma vez que nem o laboratório do IAP

apresentam essas certificações, como poderia exigir da sociedade que ela apresentasse. Então, estamos tratando nisso num outro momento de discussão sobre a certificação geral dos laboratórios dando prazo para que isso aconteça. Não poderíamos, numa única Resolução, determinar isso sem dar o devido prazo de no mínimo trinta e seis meses para essa adequação dos laboratórios do Paraná. Caso contrário, além do encarecimento por parte das análises, estaríamos beneficiando apenas os laboratórios de outros estados que por sua vez já têm algumas certificações que se aventou ser colocada nesta Resolução. E como nenhum membro deste Conselho deseja ser cidadão honorário de São Paulo, então entendemos que isso deve ser discutido em matéria a parte, conforme o grupo de trabalho que será anunciado na sequência.

Dando continuidade, referente ao encaminhamento do Projeto de Lei de Educação Ambiental, texto aprovado na 18ª Reunião Extraordinária do CEMA, pela Câmara Técnica específica, este Projeto de Lei da Política da Educação Ambiental do Estado do Paraná após sucessivas discussões neste Conselho com vários integrantes, com participação muito importante da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado Meio Ambiente, entre várias entidades, onde esse Projeto de Lei encontra-se na Casa Civil, aliás não ainda na forma de Projeto de Lei, na forma de elaboração de mensagem, e será enviada, segundo conversa com o Governador que tivemos em há pouco tempo, ainda esta semana ou início da próxima como mensagem para o Poder Legislativo, a exemplo do que já ocorre com o Projeto de Lei referente às mudanças climáticas. Esta mensagem já foi enviada pelo Sr. Governador à Assembleia Legislativa e já tramita hoje no Poder Legislativo, estando na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Esse é o entendimento que estamos tendo com o Legislativo, não só nesta legislatura mas para as futuras, e que o Estado venha contar, dentre em breve, com esses dois diplomas legais para balizar essas ações. Sabemos da importância da legislação, mas não podemos em momento algum desconsiderar a importância da execução para não sermos produtores de mais uma legislação ambiental para que fique à disposição nas prateleiras das bibliotecas, mas que sim tenha efetividade. Isso é importante.

São esses informes referente a Política Estadual de Educação Ambiental e também de Mudanças Climáticas, aproveitando o ensejo.

Próximo item: Dinâmica de funcionamento do CEMA. Peço ao nosso Secretário Executivo que explique brevemente aos novos Conselheiros.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- A dinâmica de funcionamento do Conselho, temos por força de lei três reuniões ordinárias por ano. Ano passado chegamos a fazer quatro reuniões extraordinárias, então

quantas reuniões forem necessárias a Secretaria Executiva junto com a Presidência está disposta a fazer para vencer os temas propostos e a discussão proposta.

Então, conforme Regimento Interno as reuniões ordinárias são programadas para abril, agosto e outubro. Talvez alguns questionem: “Mas estamos em dezembro!” É que priorizamos a indicação dos novos membros para realizar esta reunião e empossar todos e termos já com propostas de trabalho para ser executadas em 2011.

Sr. Presidente, o senhor me permite que eu continue com relação às Câmara Temática? (Assentimento). Bom, senhores, como forma de atuar e dar trabalho a todos e não só à Secretaria Executiva, temos planejado no Conselho a questão das Câmaras Temáticas. Temos a composição das Câmaras e teremos que fazer nova composição, não necessariamente nesta aqui, mas podemos articular para que seja pelo menos apontado, fora os membros natos aqueles outros representantes do item dois ao item quatro.

As Câmaras Temáticas serão constituídas por cinco conselheiros titulares, definidos pelo Plenário, com direito à voz e ao voto, e por três conselheiros suplentes. Os conselheiros titulares serão: dois membros natos que são do Governo do Estado, da Secretaria de Estado, aí temos as Secretarias da Saúde, da Agricultura, da Educação, a Cohapar, Secretaria de Indústria e Comércio, Instituto das Águas, Planejamento, IAP, Turismo, ITCG, PGE. Então, são tirados dois membros desta lista dos governamentais.

Um representante das entidades não governamentais ambientalistas; um representante das entidades representantes dos trabalhadores ou das entidades representantes dos segmentos produtivos patronais, no caso aqui a FAEP ou FIEP, FETAEP e FETRAP Sul FIEP, dentro desse universo é proposto um desses aqui, desse universo das duas categorias; um representante das instituições de ensino superior ou dos Secretários Municipais de Meio Ambiente indicado pela Associação dos Municípios do Paraná - AMP - dentro do ensino superior, poderíamos tentar compor as Câmaras Temáticas.

O Sr. Paulo Aparecido Pizzi (Mater Natura):- Só uma observação, Sr. Secretário, este Regimento Interno foi estabelecido antes da nova composição, das representações de associação de classe, eles não estão compostos aí. Teríamos como pensar em se ter uma representação desse segmento?

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- É uma meta para 2011 para o Jurídico ver isso, já que temos uma Câmara Temática de Assuntos Jurídicos poderia ser uma das metas para esta Câmara realizar.

Como são escolhidos os conselheiros suplentes? São três para cada Câmara Temática dessa. Aí de novo cai nessa mesma situação, Paulo Pizzi, de termos que fazer essa revisão: um representante das entidades representantes dos trabalhadores ou das entidades representantes dos segmentos produtivos patronais, não podendo haver coincidência de segmento com o conselheiro titular; um representante das instituições de ensino superior ou dos Secretários Municipais de Meio Ambiente indicado pela Associação dos Municípios do Paraná - AMP, não podendo haver coincidência de segmento com o conselheiro titular; um representante das entidades não governamentais ambientalistas suplentes.

E é criada a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos, que no caso ficou com a Presidência já estabelecido em regimento pela PGE ou seu representante, e será composta necessariamente por bacharéis em direito.

Depois passo por e-mail para vocês saberem qual a competência das Câmaras Temáticas para deliberar, da criação dos grupos de trabalho na forma regimental e que os grupos de trabalho são criados pelos Presidentes das Câmaras Temáticas sem mérito, sem levar essa decisão para o Conselho Pleno. Então, criam os grupos de trabalho conforme a demanda e por isso que são estabelecidas as metas para todo o ano para que não fiquemos um grupo de trabalho criado ao bel prazer.

Temos a Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental que tem essas competências - depois passamos para vocês; Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente que também pega a questão do zoneamento ecológico econômico e aí entram os programas de incentivo ambiental; Câmara Temática de Controle e Qualidade Ambiental que tem saído mais as normas, se vocês virem as atribuições foi o que ela normatizou até agora; e a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos que tem a mesma composição somente por bacharéis, mas tem também cinco membros e está no mesmo regime de composição das outras Câmaras Temáticas.

Esse modelinho também está na página do Conselho, a questão da elaboração das normas. Como gostaríamos de estar trabalhando? Começaria pelo grupo de trabalho, depois a Câmara Temática que faz a apreciação da proposta, a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos faz a análise da proposta de Resolução, a questão da legalidade e da constitucionalidade e a aprovação pela plenária. Essa seria uma sequência planejada para encaminhar as normas dentro do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

As deliberações do Cema, para vocês conhecerem, dão pelas Resoluções, pelas proposições, recomendação e por moção. Essa é a forma de trabalho dentro do Conselho.

Dando continuidade, temos a questão da criação dos GT's. O Grupo de Trabalho de Base Náutica é uma demanda que veio do IAP, a Secretaria Executiva esqueceu-se de colocar o protocolo mas tem a sua motivação e a questão da motivação laboratorial também tem o protocolo criado pela Coordenadoria de Recursos Hídricos da Sema para estabelecer a questão de como qualificar esses laboratoriais, conforme o Presidente do Conselho colocou, para que não fiquemos à mercê de São Paulo ou de outras normas que venham dificultar o trabalho do próprio Instituto Ambiental do Paraná e dos laboratórios aqui.

A questão do relatório vou deixar, Secretário.

O Sr. Presidente:- Muito bem, muitos trabalhos foram desenvolvidos e a maioria dos senhores testemunharam e participaram desses trabalhos. Vamos apenas citar alguns itens principais que surgiram da labuta deste Conselho como, por exemplo: o Plano Estadual de Educação Ambiental - é importante que isso seja registrado com a elaboração do Projeto de Lei; a proposição de normas para efluentes que acabamos de acompanhar; o estabelecimento de prioridades para o Conselho Pleno - nos exercícios anteriores não havia esse estabelecimento de prioridade, por incrível que pareça, então isso foi estabelecido; a realização de alguns workshops como, por exemplo, o de coprocessamento de resíduos realizado em 2009; e o grupo de trabalho referente ao BHC. Este foi um assunto que não podemos classificar como largado ou rolando no Estado, porque a partir de abril ele passou a ser tratado com a seriedade que merece.

Tivemos no ano passado uma legislação elaborada pelo Deputado Cheida determinando um prazo a todos aqueles que fossem portadores, tivessem posse de BHC em suas propriedades, fizessem o seu cadastro, como se fosse um desarmamento em relação ao BHC. Após uma campanha tivemos o resultado da declaração de dois mil agricultores, sabemos que ainda é um número pequeno, esse trabalho tem que ser refeito até em termos culturais, e nesse cadastro foram apurados seiscentos e trinta toneladas de BHC e obsoletos.

É bom lembrar que o Paraná já vinha colocando em prática o que a legislação nacional de resíduos coloca agora, que é responsabilidade compartilhada, buscando que seus geradores fizessem parte da destinação final adequada. Estabeleceu-se uma boa conversa com a indústria para aquele material identificado e para o não identificado também, e havia uma questão que era muito debatida por gestões anteriores: até que ponto o Estado deveria participar.

E o nosso entendimento e do Governador Orlando Pessutti é que o Estado participa também financeiramente nessa retirada, porque o Estado também foi gerador destes produtos no momento em que financiou a compra aos agricultores. Então, o Estado tem a sua responsabilidade também de maneira que amanhã estaremos assinando um termo de cooperação técnica com a Federação da Agricultura, com a Secretaria de Agricultura, o grande gestor desse processo todo o Instituto das Águas do Paraná, o IAP, a Secretaria de Meio ambiente, enfim, vários autores. Não digo atores, porque geralmente atores é aquele que representa um papel que não é, nesse caso são autores porque todos estamos escrevendo essa história. Então, vários autores nesse processo, após esse termo de cooperação técnica, para que a retirada comece a partir do dia 20 de dezembro, com o Estado fazendo investimentos nesse momento de dois milhões e duzentos mil reais e a indústria fará um investimento aproximado em torno de dois milhões e meio também para destinação final correta e adequada que no momento vamos trabalhar com a tecnologia dos incineradores.

Então, esse é mais um nó desatado, uma trajetória que começou em 2005, após vários debates entre a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Meio Ambiente e também a indústria e finalmente chegamos a uma deliberação. Só para informar a vocês que dezesseis agricultores foram identificados portando mais de quatro mil quilos de BHC em suas propriedades e nessas propriedades a empresa contratada, por intermédio de licitação, irá fazer a coleta *in loco*. As quantidades menores as empresas também estarão presentes, orientando os agricultores nessa coleta, na embalagem e fornecendo todo o equipamento necessário. Então, podemos dizer que um assunto que teve força no seu debate quando veio para este Conselho e agora chegamos a um final, não vou dizer um final feliz porque tratamos de um produto perigoso, mas é um final que busca ser estabelecido dentro de bases sustentáveis. E fica de exemplo para que não venhamos mais cometer esses erros do passado, uma vez que a orientação, em termos de produção agrícola, vem sendo mudada nas últimas décadas. Estamos vendo novas tecnologias, novos produtos e a busca da verticalização da agricultura de maneira que os ecossistemas venham ser cada vez menos impactados.

A conversa com a Secretaria de Meio Ambiente e a secretaria de Agricultura tem sido muito profícua, o exemplo disso são os resultados que estamos tendo. Se o Paraná vem apresentando índices superiores de produção agrícola são porque os nossos produtores respeitam também as questões ambientais, porque sem água e sem solo não temos produção. Então, isso é importante que se diga, que se saliente e embora estejamos no final de um ciclo

de Governo essas ações ficam instrumentalizadas para que o futuro Governo possa continuar fazendo essa boa gestão do setor.

Enfim, em relação ao que foi produzido durante esses últimos anos teríamos aqui uma lista bastante extensa e intensa e não é o objetivo desta reunião ficar declarando tudo, até em função de tempo, razão, clareza e espaço. Passemos agora à Tribuna Livre. Temos inscritos o Adriano e o Dr. Volnei Bisognin - Presidente do IAP. Passamos a palavra ao Dr. Adriano.

O Sr. Adriano Reisemberg (SEAB):- Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Conselheiros, o Secretário Chandoha me incumbiu de trazer um problema que chegou até nós da região de Londrina. No dia 08 o gabinete da SEAB recebeu por fax um ofício que foi destinado à Chefe Regional do IAP de Londrina e o Secretário Chandoha me pediu que eu trouxesse o assunto aqui e peço permissão para ler este ofício. “Londrina, 22 de outubro de 2010. Prezada Chefe Regional, como deve ser de seu conhecimento estamos tendo novamente um grande aumento de infestação de formigas cortadeiras em vários municípios do Paraná. Na região de Londrina, a partir de solicitações de agricultores e moradores das cidades realizamos uma série de ações com a intenção de alertar sobre a necessidade de desencadear uma campanha para reduzir as populações desta praga e evitar os importantes danos já conhecidos por todos. Acontece que durante os diversos encontros que realizamos em Cambé, Cafeara, Sertanópolis, com a iniciativa do Instituto Emater, SEAB, Prefeituras e Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária, envolvendo todos os 19 municípios da região, várias questões foram levantadas e propostas soluções, mas a questão cuja solução não está em nosso alcance para que se faça o controle da praga é da proibição legal do uso dos produtos químicos para controle das formigas que se encontram dentro das áreas de preservação permanente, como mata ciliares dos rios, represas e reservas. Na busca de solução para o fato é que as entidades abaixo firmadas vêm solicitar a sua intervenção para propor à Câmara Técnica do Conselho Estadual do Meio Ambiente para que seja liberada por período determinado ou mesmo de forma permanente este controle para a redução daquelas populações evitando reinfestações da praga. Certos em podermos contar com suas providências – e ela conclui. Assina o ofício o Prefeito Municipal de Sertanópolis e o Conselho de Sanidade Agropecuária de Sertanópolis, Emater de Sertanópolis, Emater Regional de Londrina, Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato Rural Patronal de Sertanópolis, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Revenda de Insumos.”

Bem, Srs. Conselheiros, essa questão não é tão simples. Se imaginarmos numa floresta, num ambiente equilibrado não há muito senso em falar em

controle de pragas. Então, eu não sei exatamente qual a situação, os locais onde eles estão querendo fazer o controle da praga, nós sabemos que controle de saúvas por iscas formicidas e é o que normalmente os agricultores querem usar não é algo tão simples. Dependendo da dimensão do formigueiro a eficácia é zero, há situações que apenas produtos que produzem gás dão resultado e a legislação federal diz que agrotóxicos para áreas de floresta e para ambientes hídricos devem ser registrados e fiscalizados pelos órgãos ambientais. Então a Secretaria da Agricultura cadastra e fiscaliza o uso dos agrotóxicos para uso agrícola. Aqui, ao que me consta, não existem esses produtos registrados no Ibama ou controlados pelo IAP para esse tipo de controle onde eles dizem aqui ser de áreas de preservação permanente.

Mas o problema é sério. O fato de não termos produtos registrados no Ibama e controlado pelo IAP não quer dizer que não vão fazer uso. Então, gostaria de trazer esse assunto e propor que a Câmara Técnica realmente chame o IAP e se debruce sobre o assunto para ver que resposta adequada para este problema. Obrigado.

O Sr. Presidente:- Solicito que esse seu expediente seja protocolado na Secretaria Executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente para que seja formado um grupo de trabalho com a celeridade devida para que seja tratada essa questão.

Conselheiro Roberto Gava.

O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Esse assunto formigas cortadeiras é um assunto que sempre pautou a área da silvicultura paranaense e brasileira. Nós temos no Paraná e o setor de silvicultura paranaense trabalhou muito para isso para que esse técnico da Embrapa Floresta de Santa Catarina passasse a atuar e desempenhar a sua pesquisa na Embrapa Floresta de Colombo. Wilson Reis é o nome dele, é uma das maiores autoridades em formigas do Brasil. De modo que eu não posso admitir que se converse, que se trate desse assunto sem a participação do Wilson Reis nesta questão, provavelmente ele terá soluções bastante promissoras nesta área. Obrigado.

O Sr. Presidente:- Obrigado, Dr. Gava. Já fica a indicação à Secretaria Executiva que convide o Dr. Wilson Reis para os assuntos, uma vez que o Dr. Mário Autuori, lendário entomologista do nosso país, já não se encontra entre nós algum tempo.

Na sequência, Dr. Volnei Bisognin.

O Sr. Volnei Bisognin (Presidente do IAP):- O IAP fechou no dia 30 de novembro com vinte mil licenças ambientais emitidas. É um número que para nós é pequeníssimo, mas, fazendo uma consulta no Brasil todo, não encontrei

ninguém que fez mais do que isso. É um número que a gente acha que está bem aquém ainda das nossas possibilidades. Só para informar para vocês.

É a terceira reunião que eu participo e as três reuniões anteriores me marcaram cada uma com um assunto específico. Primeiro falamos do colegiado em julho, um dia muito triste para nós que foi o da prisão do nosso diretor, viemos explicar aquela situação toda e explicar exatamente o que era o colegiado de julgamento de multas, porque muitos não conheciam. Acho que conseguimos explicar.

A segunda reunião foi a prestação de contas do FEMA, e também nos marcou muito porque nunca tinha sido prestado contas sobre o FEMA.

A terceira e última foi a que a Vânia reclamou dos faxinais. Então, como engenheiro florestal, já tinha feito várias vistorias em faxinais e confesso que não tinha nenhuma simpatia por faxinais. Achava aquele modo de vida esquisito, achava estranho. Eu, como engenheiro florestal, achava uma coisa ilegal, na verdade. Então, aquela reunião com a Vânia me despertou um sentimento diferente pelos faxinais. Aí eu fui a várias reuniões de faxinalenses, os puxirões. E amanhã, Vânia, devemos assinar umas duas portarias favorecendo os faxinais, criando o Conselho Gestor dos Faxinais e fazendo uma portaria que se reporta aos POP's – Procedimento Operacional Padrão para Faxinais.

Então, na minha saída quero dizer que você foi muito importante para me despertar esse sentimento novo pelos faxinais, conheci vários faxinalenses e realmente me apaixonei pelo projeto e a Constituição fala isso, que é uma população tradicional. Artigo 216 – É uma população tradicional, diferente, com sistema diferente. E é dessa forma que temos que tratar. Então, só queria aproveitar o momento, porque acho que é a última reunião do ano e para mim é minha última também, então agradecer o convívio com vocês, dizer que é uma honra muito grande ter participado dessas reuniões. Eu, como chefe de Toledo, sempre imaginava como eram as reuniões do CEMA: “Aquele pessoal todo discutindo assuntos importantes” e realmente minha expectativa era essa mesma, coisas muito importantes, é uma troca de conhecimentos e de propostas de Resoluções, para os vários problemas do Estado. O estado é um estado que ambientalmente é um dos melhores do Brasil, é mais estruturado. Se vocês tiverem oportunidade de conhecer os outros estados o Paraná é muito bem estruturado na parte ambiental. Claro que temos que avançar muito ainda, temos muito coisa a fazer, acho que a nossa gestão, a minha e a do Secretário, foi uma gestão realmente para deixar uma marca de diálogo, principalmente de diálogo, com todos os setores do Paraná. Muito obrigado.

O Sr. Presidente:- Neste momento da nossa reunião vamos para a fase de encerramento, uma vez que é uma reunião bastante objetiva, a última do ano, quando ouvimos o Presidente do IAP falando sobre a questão do licenciamento é importante deixar que claro que muitas vezes de forma equivocada alguns setores da sociedade colocam que o licenciamento ambiental acaba impedindo o desenvolvimento. E digo que o licenciamento ambiental, quando feito em critérios racionais, qualifica o desenvolvimento, desde que em critérios racionais obviamente.

Então, é importante que o setor sempre se aprimore, mudanças são necessárias que ocorram porque trabalhamos com uma matriz bastante antiga em termos de licenciamentos ambientais, não só em nível federal quanto no estadual, e as demandas estão demonstrando a necessidade desse estudo, dessas alterações, até para maior agilidade, celeridade e descentralização de responsabilidade desse processo como um todo.

Nessa reunião empossamos os novos Conselheiros de maneira bastante importante, digo a vocês que a nossa gestão foi uma gestão bastante curta, em termos de tempo, mas bastante intensa em alguns segmentos. Foi um aprendizado muito grande estar convivendo com todos os Conselheiros, mas na função de Presidente deste Conselho, uma vez que nós já estivemos neste Conselho na condição de representante de instituição de ensino de nível superior. Depois sempre acompanhava o andamento das discussões deste Conselho na função de Diretor da antiga Suderhsa ou do Instituto das Águas do Paraná. E nessa época da nossa gestão, passamos a presidi-lo de maneira que foi um período de aprendizado bastante significativo, bastante intenso.

Eu diria que a palavra chave para essa finalização de reunião é agradecimento, agradecimento sempre pela colaboração de todos, pela paciência, pela tolerância em algumas vezes, principalmente pela oportunidade de crescimento que os senhores proporcionaram no debate das principais questões ambientais do nosso Estado. Como foi dito pelo Presidente do IAP, Volnei, temos muitos desafios ainda, isso não é um privilégio nosso, de outros Estados também, de outros países, mas creio que todos que aqui estiveram, que aqui estão, estão no mínimo imbuídos dessa perspectiva de avanço e de solução. Tivemos, na nossa gestão, poucas alterações em relação ao comando, tivemos alternância na Presidência do IAP onde fomos prestigiar o interior, trazendo para a presidência a chefia do Escritório Regional de Toledo, o então chefe, que é o engenheiro Volnei que está aqui conosco. Sabemos que, como toda função, de início tem um período de adaptação, vimos que era difícil para o engenheiro

Volnei tirar o colete de fiscal e colocar o de Presidente, muitas vezes, porque o exercício é outro, mas ele conseguiu fazer com bastante maestria.

O nosso agradecimento aos Conselheiros, aos Presidentes das nossas vinculadas, o nosso agradecimento ao engenheiro João Samek – Presidente do Instituto das Águas do Paraná, que tive oportunidade de tê-lo como meu chefe até abril, com quem aprendi bastante em relação a recursos hídricos e outras matérias relacionadas, ao Theo Marés, nosso Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, o nosso recém-criado neonato ITCG que vem trazendo resultados bastante interessantes e um agradecimento especial à Secretaria Executiva do Conselho, ao Engenheiro Paulo Roberto Castella, pela organização das reuniões, algumas vezes tivemos algumas divergências, mas faz parte do crescimento e do debate.

Encerramos essa reunião, orientando a todos vocês que já estamos em conversa em detalhamento com a equipe de transição, a equipe que nos sucederá, já temos conversado com o novo Secretário, que é o Jonel Iurk, estamos repassando todas as questões importantes das demandas ambientais do nosso Estado, tanto questões macro quanto micro, trabalhando tanto em nível de atacado como de varejo. E ele já vem se ambientando bem com essas questões e esperamos que, com toda a instrumentalização e megaestrutura que estamos deixando, porque estamos deixando a Secretaria muito melhor do que quando assumimos em abril, que tenham a serenidade para realizar uma boa gestão desta estrutura que fica disponível para os próximos governantes da Secretaria de Estadual de Meio Ambiente e vinculadas.

Agora, para encerramento mesmo, convidamos todos para um lanche, um coffee-break, passando aquela porta, será um momento para trocarmos algumas ideias. Mais uma vez obrigado e desejo sucesso aos novos Conselheiros e àqueles que permanecerão.